

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA**

Márcia Rodrigues de Sena

**MEMÓRIA E MINERAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO COM
OS ARQUIVOS**

Porto Alegre

2014

Márcia Rodrigues de Sena

**MEMÓRIA E MINERAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO COM
OS ARQUIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, pelo Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

Porto Alegre

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Vice-Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Profa. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe Substituto: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S474m Sena, Márcia Rodrigues de

Memória e Mineração do Rio Grande do Sul e sua Relação com os Arquivos / Márcia Rodrigues de Sena. – Porto Alegre, 2014. 49 f.

Orientador: Jorge Eduardo Enriquez Vivar.

Trabalho de Conclusão e Curso (Arquivologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia. 2014.

1. Memória Social. 2. Arquivologia. 3. Museu. 4. Resgate. I. Vivar, Jorge Eduardo Henriquez. II. Título.

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcellos, 2705 – Bairro Santana

CEP 90035-007 – Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS)

Telefone/fax: (51) 3308-5143 / (51) 3308-5435

E-mail: dci@ufrgs.br

Márcia Rodrigues de Sena

**MEMÓRIA E MINERAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E SUA RELAÇÃO COM
OS ARQUIVOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia, pelo Departamento de Ciências da Informação, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 08 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Jorge Eduardo Enriquez Vivar
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Me. Marlise Maria Giovanaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Me. Alexandre Veiga
Arquivista da Casa de Cultura Mário Quintana

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente as minhas filhas Alice e Rafaela, que foram a razão da minha volta aos estudos. Mesmo tão pequeninas me incentivaram em todos os momentos, me dando carinho e estudando junto comigo mesmo quando elas ainda nem sabiam ler e escrever.

Ao meu marido Rafael por todo o apoio e paciência, sem ele nada disso seria possível.

À minha irmã Jocelaine por enfrentar junto comigo essa jornada desde a preparação para o vestibular até a etapa final, me apoiando em todos os momentos.

Ao meu pai José que sempre me apoiou em tudo, inclusive cuidando das minhas filhas para eu poder estudar.

À minha mãe Isaura que está junto com Deus olhando por mim, com certeza ela está muito orgulhosa nesse momento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores e colegas do curso de pré vestibular popular Zumbi dos Palmares de Viamão por todos os ensinamentos e apoio. Eles me mostraram que sim, é possível entrar na UFRGS.

Ao mestre Vilnei Dorneles Tonhi pela amizade, pelos ensinamentos e ajuda quando eu tanto precisei.

À ex-colega de curso no Zumbi que se tornou uma grande amiga Mariah Helena Silva por todo o carinho que sempre teve comigo.

À companheira de trajetória na UFRGS, Jéssica Cherer, que desde o primeiro até o último dia de faculdade esteve comigo, nas horas boas e nas difíceis também. Além de colega se tornou uma grande amiga!

A todos meus amigos que sempre acreditaram em mim e entenderam minha ausência em relação à vida social nesses quatro anos de faculdade.

Aos colegas e arquivistas dos lugares onde fiz estágio: Arquivo Geral do INSS e TRF4 pela amizade e por todos os ensinamentos e práticas arquivísticas.

À Luis Fernando Massoni, colega da Biblioteconomia que me deu uma força incrível quando eu mais precisei, e que com certeza será uma amizade que durará para sempre.

Aos professores da UFRGS por toda a dedicação ao curso de Arquivologia que são exemplos de profissionais e seres humanos.

À minha banca que não foi escolhida por acaso: Alexandre Veiga, agradeço por me ensinar como deve ser um profissional do arquivo. Marlise Giovanaz, fonte de inspiração, onde em uma das conversas que teve comigo, mesmo sem saber me motivou a seguir em frente fazendo superar minhas próprias barreiras.

Ao meu orientador Jorge Vivar que além de me proporcionar fazer parte do projeto que deu origem a esse TCC, sempre acreditou em mim, mesmo quando até eu mesma achei que não daria conta de tantas coisas.

RESUMO

Essa monografia é o resultado da pesquisa realizada no Museu Estadual do Carvão através do projeto “Uma Luz no Fim do Túnel” que busca a interação entre as áreas de Arquivologia e História. Nesse sentido este trabalho se dispõe a mostrar como a preservação, análise e o acesso aos documentos podem ajudar a resgatar a memória da região carbonífera do Rio Grande do Sul. Discute a relação da Arquivologia no resgate da memória social. Apresenta um histórico resumido da trajetória da mineração no Rio Grande do Sul buscando contextualizar a forma pela qual as decisões tomadas pelas empresas mineradoras interferiram na vida dos moradores da região e como a sociedade se estruturou tendo suas vidas baseadas na extração de carvão. Conclui que através do acesso aos documentos a memória da região carbonífera será resgatada trazendo a ligação entre as memórias individuais e coletivas dos moradores dessa região.

Palavras-chave: Memória Social. Arquivologia. Museu. Resgate.

ABSTRACT

This monograph is the result of research done at the State Museum Coal through the project "A Light at the End of the Tunnel" that seeks the interaction between the fields of Arquivology and History. In this meaning this work is willing to show as the preservation, analysis and access to documents can helping rescue the coalfield memory in Rio Grande do Sul. It discusses the relation of Arquivology in the rescue of social memory. It presents a brief historical of mining history in Rio Grande do Sul seeking to contextualize the way in which the decisions taken by mining companies interfered in life of local residents and how society was structured with their lives based on the extraction of coal. It concludes that through the access of documents the memory of the coalfield will be rescued bringing the connection between individual and collective memories of the residents in this region.

Keywords: Social Memory. Arquivology. Museum. Rescue

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACUB	Associação Cultural Butiaense
CADEM	Consórcio Administrador de Empresas
CCMB	Companhia Carbonífera Minas do Butiá
CCR	Companhia Carbonífera Riograndense
CEFMSJ	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
COPELMI	Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado
RS	Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	HISTÓRICO DA MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....	13
3	A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E OS ARQUIVOS.....	21
3.1	A MINERAÇÃO E OS ARQUIVOS.....	21
3.2	ARQUIVOLOGIA E MEMÓRIA.....	24
4	RESGATE DA MEMORIA E OS ARQUIVOS	29
4.1	UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL.....	29
4.2	INTERVENÇÃO ARQUIVÍSTICA	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICE A - FOTOGRAFIAS DE PARTE DA DOCUMENTAÇÃO QUANDO FOI TRANSPORTADO PARA O MUSEU DO CARVÃO	42
	APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS DE PARTE DA DOCUMENTAÇÃO ANTES DA INTERVENÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	43
	APÊNDICE C – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO.....	44
	APÊNDICE D – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO	45
	APÊNDICE E – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO.....	46
	APÊNDICE F – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO	47
	APÊNDICE G – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO	48
	APÊNDICE H – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO	49

1 INTRODUÇÃO

A memória deve ser uma construção coletiva onde os indivíduos se sintam pertencentes ao meio social ao qual façam parte. Os documentos referentes à mineração de carvão no Rio Grande do Sul trazem fatos concretos que ajudam a resgatar essa memória trazendo novos elementos para proporcionar meios que busquem a reflexão sobre os fatos passados, ajudando na reconstrução da identidade local.

Nesse sentido, o Museu Estadual do Carvão, localizado no município de Arroio dos Ratos, foi destinado a ser um local de preservação e disseminação da memória da região carbonífera do RS.

Fazem parte do acervo do Museu os documentos referentes à mineração, além de maquinários e instrumentos que eram usados pelos mineiros, que se tornaram documentos museológicos. São suportes que nos remetem ao passado, mas que por muitos já era um passado sem memória.

Portanto, o objetivo geral desse estudo procura respostas de como a preservação e o acesso aos documentos podem ajudar no resgate da memória social da região carbonífera do Rio Grande do Sul.

Procurando atingir esse objetivo, foi pesquisado sobre o processo evolutivo da exploração de carvão, através de estudo bibliográfico e do acervo documental. A tese de Cristina Ennes da Silva, intitulada “Nas profundezas da Terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945)” serviu de ponto de partida para esse estudo, dando subsídios sobre a trajetória da mineração no Rio Grande do Sul.

Foram analisadas as relações das empresas e seu entorno social e político na formação da região carbonífera, utilizando para tanto como fontes o acervo documental recolhido junto ao Museu Estadual do Carvão, que foi objeto de uma organização arquivística.

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos, onde procurou-se contextualizar o período da exploração mineira na região no sentido de buscar elementos para a abordagem da relação entre a memória social e a Arquivologia.

No segundo capítulo aborda-se o histórico da mineração no Rio Grande do Sul com a intenção de haver o entendimento de como a região de Arroio dos Ratos e arredores se desenvolveu em torno da extração de carvão.

No terceiro capítulo aborda-se a relação dos arquivos com a memória, demonstrando que há diferentes tipos de memória e o quanto ela é importante para a identidade de uma região específica.

No quarto capítulo foi demonstrado as ações desenvolvidas através do projeto “Uma Luz no Fim do Túnel” como mecanismo de luta para a salvaguarda do acervo da mineração de carvão e a importância de desenvolver mecanismos para o acesso a esses documentos.

Por fim foram apresentadas as considerações finais da pesquisa e fotos de parte dos documentos (pequena amostra) do acervo documental encontrado no Museu Estadual do Carvão a fim de contextualizar como eram os documentos produzidos pelas empresas mineradoras.

2 A MINERAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

A trajetória do carvão se mistura de certa forma com a história do desenvolvimento da humanidade. Primeiramente foi visto como algo místico, oriundo de deuses para posteriormente se ter o entendimento de seus benefícios práticos no uso de que o mesmo poderia produzir fogo para conseguir luz, calor, cozinhar alimentos e tornar moldáveis matérias primas que eram utilizadas na fabricação de ferramentas. Na Europa, os registros mais antigos sobre o assunto datam do século XII, especificamente no que se refere à utilização do carvão como fonte de aquecimento. (Belolli et al, 2002)¹

No Brasil, as primeiras descobertas de existência de carvão foram na região sul, principalmente Rio Grande do Sul, por volta de 1792, pois como enfatiza SILVA (2007)² há relatos na história oral de que um soldado português que transitava pela localidade de Curral Alto teria achado carvão de pedra e levado para Rio Pardo para que o General Rafael Pinto Bandeira levasse para ser analisado.

Há também notícias de que em 1807 Joaquim José Fonseca Souza e Pinto encontrou carvão nessa mesma região e levou amostras para serem analisadas na capital imperial, Rio de Janeiro³.

Mesmo sendo atestada a boa qualidade do carvão, o preço para venda foi considerado alto, devido as necessidades de investimentos para extração, transporte e pagamento de operários para trabalhar no local. Portanto, nesse momento não houve interesse em investir na extração de carvão da região⁴.

A partir de 1830, o governo do estado do Rio Grande do Sul começou oficialmente a encarregar profissionais que eram especialistas em inspeção para analisar a qualidade do carvão na região de São Jerônimo na localidade de Curral alto.

Depois de alguns testes o carvão encontrado foi considerado de baixa qualidade por não apresentar bom desempenho ao ser usado em maquinários.

¹ Belolli, Mário et al. História do Carvão de Santa Catarina/ Mário Belolli, Joice Quadros, Ayser Guidi. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. 300 p. il.

² SILVA, Cristina Ennes da. Nas profundezas da Terra. Um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul.(1883/1945)

³ Ibid, p.38

⁴ Ibid.

Entre 1846 e 1847, o presidente da província Conde de Caxias designou o engenheiro Feliciano Nepomuceno Prates como encarregado de um grupo para realizar pesquisas em jazidas no RS.

Em 1848 o Capitão de Engenheiros Innocêncio Pederneiras e sua equipe foram designados para fazer sondagens no subsolo da região do Vale do Jacuí, houve notícias de que havia carvão de boa qualidade na localidade, fazendo com que o governo investisse em estudos técnicos na Região de Curral Alto.

O carvão encontrado foi testado em máquinas a vapor e arsenais de guerra. Mas em estudos posteriores feitos pelo engenheiro Frederico Vasconcelos, em 1849 foi atestado que o minério encontrado não era de boa qualidade e, além disso, a distância da região e a necessidade da aquisição de maquinários, transportes e operários não compensariam o investimento.

Em 06 de outubro de 1853, Luiz Vieira Cansação de Sinimbú, enviou um relatório à Assembleia defendendo a exploração de carvão em Arroio dos Ratos, já que foram achadas amostras consideradas de boa qualidade na região.

As ideias do relatório foram aceitas e o presidente da província da época encarregou o inglês James Johnson para dar início às sondagens nas minas de carvão.

James Johnson é considerado o pioneiro da mineração no Brasil.

Pode-se creditar a James Johnson o título de campeão na luta pela mineração no Rio Grande do Sul. Natural da Cornwall e com alguma experiência neste tipo de trabalho, foi de uma persistência digna de nota, envolvendo por diversas vezes as autoridades da Província e do Império nas suas pesquisas e experiências. (SILVA apud MACEDO, 2007, p. 43)

Foi encontrado carvão de boa qualidade em Serra do Herval, também chamada de Mina do Faxinal, portanto 1853 é oficialmente o ano do início da exploração de carvão no RS.

Nesse momento a mão de obra para a realização das tarefas nas minas era de trabalhadores de origem inglesa radicados na região além de mão de obra de operários vindos da Inglaterra, formada por homens que tinham pouca escolaridade e pouco poder aquisitivo, que aceitavam trabalhar onde havia emprego.

Aos poucos foram selecionados trabalhadores locais para trabalharem nas minas de carvão. O minério era transportado para São Jerônimo e Porto Alegre.

Johnson procurou então 10 mineiros, de profissão, naturaes do paiz de Gales, que se achavam como colonos na próxima Serra do Herval, e começou a extração de carvão tirando contos de toneladas, que foram transportadas para a villa de S. Jeronymo, parte em cargueiros, parte em carretas, pagando 10\$ a tonelada por transporte da mina até S. Jeronymo e 2\$000 de S. Jeronymo até Porto Alegre. (SILVA apud DAHNE, 2007, p. 44)

Em 1886, James Johnson e Ignácio José Ferreira de Moura adquirem os direitos de, por 30 anos, lavrarem terrenos para exploração de carvão no distrito de São Jerônimo e também fora do estado.

Nessa época a Inglaterra expandiu suas indústrias no Brasil, com isso o carvão tornou-se importante para o abastecimento de maquinário a vapor, abastecimento de energia às indústrias inglesas e um meio de trabalho para os trabalhadores britânicos radicados no Brasil.

Segundo SILVA (2007) a mineração de carvão tornou-se um novo setor no qual empresas inglesas poderiam investir, um local de trabalho para os operários vindos da Inglaterra e, além disso, uma alternativa para o fornecimento de energia às indústrias britânicas. A extração de carvão se tornou importante tanto para o Brasil como para a Inglaterra.

Foi estabelecido pelo decreto nº. 4921, de 13 de abril de 1872 ⁵ a autorização da transferência do privilégio da exploração de carvão para a companhia criada por

⁵ DECRETO N. 4921 - DE 13 DE ABRIL DE 1872

Concede autorização á companhia - Imperial Brazilian Collieries limited - autorização para funcionar no Imperio e altera algumas das clausulas do Decreto nº 3715 de 6 de Outubro de 1866.

Attendendo ao requerimento da companhia - Imperial Brazilian Collieries limited -, e na conformidade da Resolução Imperial de 27 do mez findo, tomada sobre o parecer da Secção dos Negocios do Imperio do Conselho de Estado, exarado em consulta de 29 de Janeiro ultimo, Hei por bem Conceder-lhe autorização para funcionar no Imperio, ficando eliminada a clausula 15ª do Decreto nº 3715 de 6 de Outubro de 1866, e prorogado por dous annos o prazo fixado nas clausulas 2ª e 4ª do citado Decreto de 6 de Outubro de 1866, alterado pelo de 18 de Fevereiro de 1870, a contar do dia 6 de Outubro de 1871.

Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Abril de mil oitocentos setenta e dous, quinquagesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. (BRASIL) Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=55301&norma=71152>. Acesso em: 18 out. 2014

Johnson e Moura que recebeu o nome de “The Imperial Brazilian Collieries CO Limited”.(SILVA,2007)

Posteriormente houve tentativas para consolidação do carvão nacional como a compra da massa falida da “Brazilian Collieries” pela empresa “Holtzweissie CO”, empresa que obteve o direito de exploração em Arroio dos Ratos. Essa empresa também passou por dificuldades tais como concorrência do carvão inglês, alto preço de transporte do minério e problemas administrativos, o que acarretou a desistência estrangeira em investir no carvão da região.

Foi o começo do investimento nacional na mineração gaúcha. Nasce então a “Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos” (CMCPAR), que investiu em novos poços, estradas de ferro, compra de terrenos e maquinários.

Em janeiro de 1885 foi inaugurado o poço intitulado “Poço D. Izabel” em homenagem à Princesa Izabel que veio à região com a sua família para inauguração do poço em Arroio dos Ratos.

A companhia possuía um capital de investimento que permitiu a realização de várias melhorias. Entre elas, a compra de terrenos circunvizinhos aos poços existentes e a abertura de um grande poço vertical ao qual foi dado, em janeiro de 1885, o nome de D. Izabel, em homenagem à princesa brasileira que, em companhia de seu esposo, o Conde D’Eu, e de seus filhos, esteve em São Jerônimo e em Arroio dos Ratos para a cerimônia de inauguração dessa mina. (SILVA, 2007, p. 58).

Com os novos investimentos diminuíram os custos de extração de carvão e houve o aumento de produção. Mas mesmo com o sucesso da empresa, a concorrência no preço do carvão e, segundo relatos de acionistas da empresa, uma certa omissão do poder público em relação à essa concorrência, desencadearam-se o fim das atividades da CMCPAR.⁶

Em 23 de maio de 1889 os antigos acionistas e credores da CMCPAR criam a “Companhia Estrada de Ferro das Minas de São Jerônimo” (CEFMSJ). No início de 1890 obteve autorização de exploração de carvão por 70 anos, desde que atendesse condições impostas pelo governo, como melhorias em infraestrutura e serviços para a região.

⁶SILVA, Cristina Ennes da. Nas profundezas da Terra. Um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul.(1883/1945), 2007. Disponível em: repositorio.pucrs.br:8080/.../1/000390213-Texto%2BCompleto-0.pdf>acesso em 15 set. 2014

Houve investimentos como sondagens em terrenos para verificação de presença de carvão em propriedades, abertura de novos poços de extração e ampliação de estradas de ferro, como consequência a produção de carvão aumentou, mas a relação com o governo da época não era muito favorável pois muitas permissões pedidas pela empresa ao governo não eram atendidas, tais como um acordo firmado entre o governo imperial e a companhia que previa o contrato de localização de imigrantes que morassem perto da estrada de ferro ou que trabalhassem em agricultura, assim como o pedido para que governo diminuísse impostos e facilitasse a comercialização do produto.

Mesmo com a produção aumentando, houve o aumento de preços do produto no mercado e a imagem da empresa foi muito prejudicada, inclusive com acusações de que o produto era de má qualidade. Dirigentes da empresa acusavam o governo de dar mais apoio ao carvão inglês que ao brasileiro. Houve grandes discussões em torno desse assunto, havendo discursos de omissão governamental e colocando a empresa como lutadora solitária em prol do minério nacional.⁷

No final do século XIX, início do século XX o contexto político trazia à tona o início do capitalismo no Brasil, resultado dentre outras coisas da Proclamação da República. Com a nova política de expansão de consumo houve a criação de novas indústrias e a necessidade de obter carvão para o funcionamento de maquinários a vapor.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial houveram fechamentos de portos que impossibilitaram o transporte de carvão. Devido a isso, o minério brasileiro passou a ser de suma importância no cenário nacional, pois o abastecimento de indústrias e maquinários necessitavam de carvão para continuar funcionando. Além disso, o Brasil exportava o minério para a região do Prata.

Mesmo no período pós Guerra, a produção nacional continuou favorecida já que houve diversos decretos- lei que buscavam incentivar a produção e consumo de carvão, tais como linhas de empréstimos e obrigatoriedade de consumo do minério brasileiro por parte das indústrias situadas no país. Também houve o fim de

⁷ Os discursos trouxeram à tona o descontentamento quanto às ações dos órgãos públicos indicando-os como omissos nas questões que se relacionavam à indústria carbonífera nacional, e geraram, para elas, a perspectiva da prática de luta solitária em prol do bem maior da sociedade!

SILVA, Cristina Ennes da. Nas profundezas da Terra. Um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul.(1883/1945), 2007. Disponível em: repositorio.pucrs.br:8080/.../1/000390213-Texto%2BCompleto-0.pdf>acesso em 15 set. 2014

benefícios a indústrias europeias e a obrigatoriedade de compra de maquinários que se adaptassem ao carvão brasileiro.

Na década de 1920 a Viação Férrea do Rio Grande do Sul pertencente à Companhia belga “Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil” que usava carvão predominantemente estrangeiro foi transferida para o governo estadual, favorecendo a produção local já que foram feitas adaptações para o uso exclusivo de carvão produzido no Brasil.

Após diversas sondagens e tentativas de exploração de carvão na região de Butiá, em 1915 Alfredo Wiedmann e Nicácio Machado com recursos estrangeiros investem na exploração do minério, inaugurando a Companhia Hulha Rio-Grandense. Após muitas dificuldades para a continuidade da empresa, em 1917 surge Dr. Buarque de Macedo que a reorganiza, inclusive alterando o nome para Companhia Carbonífera Riograndense. Foram abertos novos poços e ramais férreos para a escoação da produção.

Nessa época houve grandes transformações tanto no Brasil como mundialmente. Podemos citar a Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque e a consequente recessão mundial, e no Brasil a Revolução de 30 com o início do governo provisório assumido por Getúlio Vargas.

Em 1932 o Grupo Capitalista Martinelli adquire a propriedade da empresa CCR tendo como diretor Roberto Cardoso. Em 1936 as diretorias da CEFMSJ e CCR se unem e formam o CADEM- Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, sendo administrados por Roberto Cardoso que deu novos rumos para a forma de administrar as empresas, tendo a iniciativa de diversificar investimentos e se alinhar com órgãos governamentais, inclusive com discursos de patriotismo explícito.⁸

A postura do CADEM passa a ser paternalista, investindo em diversos benefícios para os trabalhadores e suas famílias, como construção de moradias, hospitais, puericulturas, escolas e clubes sociais. Esses benefícios eram uma forma de beneficiar e atrair trabalhadores para a região, mas esses benefícios eram

⁸ Em 1933, Roberto Cardoso, em entrevista ao jornal Correio do Povo, no dia 13 de julho, expôs seu pensamento sobre o desenvolvimento da indústria carbonífera do Rio Grande do Sul; em diferentes momentos de seu depoimento, manifestou a apreciação às ações governamentais e, especificamente, aos dirigentes do Estado (SILVA, 2007, p. 156).

descontados nas folhas de pagamento, o que ocasionava uma dependência econômica dos mineiros em relação às empresas.

O ano de 1936 é marcado também por uma grande enchente em Arroio dos Ratos, inundando as minas e paralisando as atividades mineiras. Para não prejudicar o fornecimento de carvão as famílias de trabalhadores foram transferidas para Butiá, para que os mineiros pudessem trabalhar nas minas da localidade até que a situação se normalizasse na região.

Com da Segunda Guerra Mundial, novamente a região carbonífera gaúcha foi a responsável por dar conta da demanda de carvão nacional, alcançando recordes de produção.

Após o fim da Guerra e acontecimentos como implantação de novas formas de produzir combustíveis e Consolidação de Leis Trabalhistas⁹ houve diversas estratégias do CADEM para que a produção de carvão não diminuísse.

Estes dispositivos trabalhistas restringiam diversas práticas aplicadas pelas empresas, por exemplo restrição ao trabalho infantil e diminuição de jornada de trabalho. Logo a seguir houve o declínio na industrialização de carvão, mas as atividades de extração do minério continuaram a existir.

As leis trabalhistas implantadas no Governo Vargas trouxeram uma série de restrições e ônus para a indústria carbonífera, como no caso do dissídio coletivo para o aumento de salários, ou mesmo as restrições da jornada de trabalho e da faixa etária considerada apropriada para a realização das atividades de subsolo. (SILVA, 2007, p. 175).

Em 10 de janeiro de 1948 a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais-COPELMI começa a fazer pesquisas de sondagens em terrenos para exploração de carvão, até que em 1964 a mesma incorpora as empresas formadas pelo CADEM.

Por volta de 1958 houve a paralisação de atividades de extração de carvão em Arroio dos Ratos. Gradativamente os operários das minas de carvão que tinham

⁹ Consolidação das Leis do Trabalho:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, DECRETA: Art. 1º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, 122º da Independência e 55º da República. GETÚLIO VARGAS. Alexandre Marcondes Filho. (BRASIL) Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/10/1943/5452.htm>. Acesso em: 15 nov. 2014.

outras profissões começaram a procurar trabalho em outras atividades. Ainda existia produção de carvão na cidade de Charqueadas, mas já se notava a diminuição de atividades pois o contexto dessa época remetia à produção de energia através de hidrelétricas e extração de petróleo.

A empresa COPELMI continua as atividades na região. Com o passar do tempo a produção de carvão se consolidou novamente, tendo o aumento gradativo na extração em minas de superfície.

Conforme consta no *site* da empresa em 1991 muda a razão social, tornando-se COPELMI Mineração Ltda. Em 1996, se torna sociedade anônima e em 1998 volta a ser COPELMI Mineração Ltda. Hoje é uma das maiores empresas de mineração do Brasil respondendo pela maior parte da produção nacional.

As atividades desenvolvidas pelas empresas que exploraram carvão no Rio Grande do Sul ajudaram no desenvolvimento da região carbonífera do estado, deixando também um grande legado para a memória da região.

Os documentos provenientes dessas empresas são de grande importância pois através da pesquisa documental é possível adquirir novos conhecimentos e também nos ajudam a compreender os rumos que foram tomados em função da extração de carvão.

3 A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E OS ARQUIVOS

Segundo Halbwachs (2006), recorremos a testemunhos para reforçar, enfraquecer ou completar algo do que já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias permaneçam obscuras para nós.

Os arquivos são de grande importância, pois através da preservação dos documentos poderemos conservar a história e reconstruir a memória de diferentes sociedades ou instituições.

3.1 A MINERAÇÃO E OS ARQUIVOS

O homem a todo momento está registrando informações nas mais variadas formas e suportes. Desde a pré-história houve registro de atividades de seu cotidiano, que mostravam suas vivências, suas atividades.

Os registros eram formas de comunicação que com o passar do tempo foram se aprimorando juntamente com diferentes formas do saber humano.

Segundo Higounet (2003) diante da necessidade de um meio de expressão permanente, o homem primitivo recorreu a engenhosos arranjos de objetos simbólicos ou a sinais materiais, nós, entalhes, desenhos.

As diferentes evoluções pelo qual passou a escrita foram formas de aprimorar a comunicação entre a sociedade.

A história da escrita se identifica com a história dos avanços do ser humano.

A escrita faz de tal modo parte da nossa civilização que poderia servir de definição dela própria. A história da humanidade se divide em duas imensas eras: antes e a partir da escrita. Talvez venha o dia de uma terceira era que será: depois da escrita. Vivemos os séculos da civilização escrita. Todas as nossas sociedades baseiam-se sobre o escrito [...] (HIGOUNET, 2003, p. 10).

Com o surgimento da escrita surgiu também a necessidade de armazenar essas informações. O homem começou a criar espaços onde pudesse guardar seus documentos. Surgiram bibliotecas, arquivos e museus que com o passar do tempo foram se aperfeiçoando conforme a evolução da sociedade.

Segundo Schellemborg (2006) os arquivos como instituição tiveram origem na antiga civilização grega.

Nos séculos V e IV a. C. os atenienses guardavam seus documentos de valor no templo da mãe dos deuses, isto é, no Metroon, junto à corte de justiça na praça pública em Atenas. No templo conservavam-se os tratados, leis, minutas da assembleia popular e demais documentos oficiais. (SCHELLEMBERG, 2006, p. 25).

Os arquivos surgem, portanto, primeiramente para garantir direitos e privilégios de quem detinha o poder e a reelaboração da memória busca hoje pela democracia dos povos e seus direitos enquanto cidadãos.

Bellotto (2006) define documentos de arquivo da seguinte maneira:

Os documentos de arquivos são os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais, administrativos ou legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa [...] são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO, 2006, p. 37).

Todo documento surge por algum motivo, por alguma atividade, ou seja, a própria razão que o originou é que dará o sentido ao documento existir.

Schellemborg (2006) destaca um segundo elemento importante que é o motivo que um documento arquivístico deve ser preservado que é o valor que se sobressai ao motivo de sua criação e passam a ter valor informativo/secundário, portanto devem ser arquivados de forma permanente, pois são fontes de testemunhos de fatos ocorridos e fontes inesgotáveis de informações.

Segundo Bellotto (2006) um arquivo permanente não se constrói por acaso. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos. Os documentos de arquivo devem se relacionar com o meio em que foi produzido.

De acordo com Schellemborg (2006) os arquivos se relacionam com fatores concretos (*tangible*) e com fatores abstratos (*intangible*), pois podem ter diferentes formas, provenientes de diferentes fontes e guardados em diferentes lugares.

Os elementos relativos aos fatores concretos- a forma dos arquivos, a fonte de origem e o lugar da sua conservação- não são essenciais à caracterização do material de arquivo, pois os arquivistas em suas

definições, deixam claro que os arquivos podem ter várias formas, podem vir de várias fontes e podem ser guardados em diferentes lugares. (SCHELLEMBERG, 2006, p.37).

Além disso, os documentos de arquivo possuem poder de prova e informação tendo grande importância para o desenvolvimento social e cultural do país, conforme é estabelecido pela Lei 8.159/91 que dispõe sobre políticas de arquivo:

Art. 1º: É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. (BRASIL, 1991).

A Lei 8.159/91 no art. 12 também estabelece que “Os arquivos privados podem ser identificados pelo poder público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”.

Alguns documentos, mesmo depois de esgotado seu valor primário continuam tendo relevância probatória, informativa, ou histórica e, portanto tornam-se importantes fontes de pesquisa, tanto para a administração quanto para a comunidade. (BRASIL, 1991).

Portanto, os documentos são algo concreto, que ajudam a organizar a memória e trazem à tona fatos que haviam sido esquecidos.

Bellotto (2006) enfatiza que a memória em relação aos documentos é uma abstração gerada através de elementos concretos:

A organização da memória é posterior ao acontecimento [...] no campo da documentação, a memória chega a ser uma abstração, gerada por elementos concretos. Na verdade, constitui-se de dados a serem trabalhados[...] (Bellotto, 2006, p. 274).

Nesse sentido, a documentação oriunda das empresas que extraíram carvão no RS desde o final do século XIX, são testemunhos de fatos de grande relevância histórica, cultural e social pois são registros únicos que comprovam como ocorreu toda a trajetória mineradora no solo gaúcho, que acaba por retratar a formação e evolução dessa região.

Além disso, a pesquisa e a socialização do acervo ajudam no resgate da memória social, pois com o passar do tempo muitos vestígios, lembranças e fatos acabam sendo esquecidos e os documentos servem como fator de se estabelecer formas concretas de registros da memória.

3.2 ARQUIVOLOGIA E MEMÓRIA

A memória nos remete a lembranças de acontecimentos do passado em diferentes épocas e situações vivenciadas individualmente, mas que pode nos aproximar de outras pessoas dependendo do contexto dos envolvidos nesse processo.

Pode abranger diferentes áreas do conhecimento humano, por isso há diferentes interpretações no campo da memória. Ela nos ajuda a definir nossa identidade perante a sociedade em que vivemos.

Jardim (1995) refere-se à memória como objeto de um campo interdisciplinar, podendo ser estudada em diferentes áreas do conhecimento. Podemos citar outras áreas científicas, como a psiquiatria, onde se estuda os campos da memória; a psicologia, buscando localizar as trilhas da memória; a psicanálise, onde o fator emocional nos remete à memória, assim como a neurologia e a bioquímica.

Também podemos situar a memória através dos campos históricos e culturais, podendo ser definida através de diferentes conceitos.

Em arquivos a noção de memória se dá principalmente nos documentos de cunho permanente:

Recorre-se atualmente, com muita frequência, à temática da memória, expressão de interesses e paixões e objeto de um campo interdisciplinar. Diversos termos tendem a ser associados à memória: resgate, preservação, conservação, registro, seleção, etc. Neste sentido, a memória parece visualizada sobre tudo como dado a ser arqueologizado e raramente como processo e construção social (JARDIM, 1995).

Ao falarmos de memória muitas vezes nos referimos a um tempo que nem sempre presenciamos mas que permeia o imaginário através de crenças e vivências.

Lembrar do que nem sempre foi visto. Um imaginário feito através de um contexto histórico do qual de alguma maneira fizemos parte:

Também é importante destacar que, a partir da memória social é possível se estabelecer sentimentos de pertença a um passado do qual não participou concretamente. Trata-se de marcas tão presentes nas experiências de uma região ou grupo que facilmente são transmitidas e assimiladas como motes de identificação. (ACCORSSI; SCARPARO, 2013, p. 28).

A preservação da memória é fundamental para que possamos nos sentir pertencentes a um determinado lugar, pois assim poderemos compartilhar de acontecimentos comuns a todos que fazem parte do mesmo contexto:

O trabalho de memória é, portanto, vital: ele está associado à vida dos indivíduos em sociedade, que se torna nuclear na vida comunitária, determinando a constituição da subjetividade. O trabalho de memória social viabiliza a sensação de pertença do indivíduo a uma determinada comunidade. (BERND, 2013, p. 46).

A memória muitas vezes são fragmentos de fatos ocorridos, que se relacionam com as nossas vivências, que nos permitem associar os acontecimentos cotidianos com aspectos presentes nos lugares onde estamos vivendo.

Jardim (1995) em seu artigo “A invenção da memória nos arquivos públicos” cita algumas observações que Le Goff escreveu sobre a memória como patrimônio histórico/cultural.

- .sua crucialidade, expressa em noções que se remetem mutuamente: tempo e espaço, suporte e sentido, memória individual e coletiva, tradição e projeto, acaso e intenção, esquecimento e lembrança, etc.;
- . as diferenças de natureza entre sociedades com escrita ou não, influenciando na construção social da memória;
- . as diferentes memórias ao longo da história;
- . a memória como fonte de identidade individual e de uma dada sociedade;
- . a memória como objeto de luta das forças sociais pelo poder. (JARDIM, apud LE GOFF, 1995).

Os sujeitos da memória podem ser individuais ou coletivos. O indivíduo sempre procura se enquadrar no meio em que vive. Embora pensemos de maneira individual, procuramos sempre referências de grupos sociais para a construção da memória coletiva.

Halbwachs (2006) destaca que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e nosso ponto de vista muda segundo as relações que se mantêm com outros ambientes.

A sucessão de lembranças, mesmo as mais pessoais, sempre se explica pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos ambientes coletivos, ou seja, em definitivo, pelas transformações desses ambientes, cada um tomado em separado, e em seu conjunto. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

De certa forma procuramos grupos sociais que se identifiquem com algo comum ao nosso ponto de vista, que nos traga lembranças comuns a todos que fazem parte do mesmo contexto estabelecido:

[...] a memória coletiva só consiste no conjunto de marcas deixadas pelos acontecimentos que afetaram o curso da história dos grupos implicados que tem a capacidade de pôr em cena essas lembranças comuns como motivos de festas, os ritos e as celebrações públicas. (RICOEUR, 1999, p. 19).

Segundo HALBWACHS (2006), recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação.

A arquivologia e a memória possuem estrita relação, pois o registro da memória através dos diferentes tipos documentais é essencial para a preservação destas informações.

Desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria 'memória' inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado [...]. A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria - ao menos sob a forma que nós conhecemos - sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros arquivos. (JARDIM, apud LE GOFF, 1995).

Segundo JARDIM apud Nora (1995)¹⁰ a memória é preponderantemente e antes de mais nada, arquivística. Descansa eternamente na materialidade da marca do imediato do registro, na visibilidade do registro.

¹⁰ JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. Revista Ciência da Informação - Vol 25, número 2, 1995.

Nesse sentido, o estudo da memória social é cada vez mais recorrente, pois através do entendimento de como se estruturou nossa sociedade podemos entender as diferentes transformações ocorridas com o passar do tempo. Viabiliza a sensação de pertença do indivíduo a uma determinada comunidade (Bernd, 2013).

A memória coletiva nos traz à tona lembranças comuns de nossa vida em sociedade e consiste no conjunto de marcas deixadas pelos acontecimentos que afetaram o curso da história dos grupos implicados (Ricoeur, 2007)

A memória coletiva faz parte de lembranças de acontecimentos vividos por uma determinada sociedade ou região. Geralmente nos lembramos de algo a partir de fatos ou acontecimentos que de alguma maneira se destacaram ou que simbolizaram algo importante e procuramos esquecer outras lembranças por inúmeros motivos.

[...] a memória coletiva fundamenta a própria identidade do grupo ou comunidade, mas normalmente tende a se apegar a um acontecimento considerado fundador, simplificando todo o restante do passado. Por outro lado, ela também simplifica a noção de tempo, fazendo apenas grandes diferenciações entre o presente ("nossos dias") e o passado ("antigamente": por exemplo). Além disso, mais do que em datas, a memória coletiva se baseia em imagens e paisagens. O próprio esquecimento é também um aspecto relevante para a compreensão da memória de grupos e comunidades, pois muitas vezes é voluntário, indicando a vontade do grupo de ocultar determinados fatos. Assim, a memória coletiva reelabora constantemente os fatos. (SILVA; SILVA, 2006, p. 1).

O esquecimento também faz parte do processo de memorização, pois nem tudo pode ser lembrado e muitas vezes um mesmo fato é lembrado de maneira diferente dependendo das situações pelas quais passaram as pessoas que fizeram parte do contexto vivenciado.

O esquecimento é um procedimento comum e natural no processo de memorização. A mente esquece fatos irrelevantes para concentrar-se no armazenamento de dados considerados de maior importância. Até mesmo a memória técnica é constituída de esquecimento. Não é possível memorizar tudo o que está disponível, nem na mente humana (*oralidade*), nem nos "*lugares da memória*" (*escrita*) [...] (MONTEIRO; CARELLI; PICLER, 2008).

Segundo Bellotto (2006) a organização da memória é algo que vai muito além do conteúdo do documento, é um conjunto de informações e/ ou documentos, orgânicos ou não.

A memória presente em diferentes formas de expressão também pode ser considerada como um patrimônio cultural da sociedade, conforme descrito em nossa Constituição Federal que também destaca a necessidade de sua preservação e socialização das informações e bens culturais.

Em relação aos documentos arquivísticos, ao analisar publicações sobre o assunto nota-se a importância deles como testemunhos de fatos ocorridos no passado, fontes de prova de acontecimentos que marcaram nossa sociedade. São também mecanismos que podem ser usados para reconstituir a trajetória de diferentes instituições:

Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida das instituições. Estão registrados nos arquivos as informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atualizações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer da sua existência. (BELLOTTO, 2002, p. 167).

Portanto, relacionando essas considerações com a mineração de carvão no RS nota-se que é fundamental que se busque a preservação dos documentos que foram produzidos pelas empresas mineradoras, pois através da pesquisa documental e socialização das informações coletadas poderemos buscar mecanismos para o resgate da memória local, tendo como resultado a disseminação de informações que serão repassadas para futuras gerações.

4 RESGATE DA MEMORIA E OS ARQUIVOS

O presente capítulo trata do projeto “Uma Luz no Fim do Túnel” que foi realizado em Arroio dos Ratos no Museu Estadual do Carvão.

4.1 UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL

Podemos destacar que as empresas que exploraram carvão no RS foram empresas privadas, mas seus documentos (acervo) possuem importância histórica e social, pois pela pesquisa e análise desses documentos é possível reconstituir a trajetória e a memória da região carbonífera do estado.

Não temos como falar dessa região sem destacarmos os grandes acontecimentos em torno da mineração de carvão que ocorreu a partir de 1889.

As decisões tomadas pelas empresas interferiram diretamente na vida das pessoas e na formação social, política e econômica.

Antes da descoberta de carvão e a vinda da primeira mineradora, a região era pouco habitada, conseqüentemente não havia infraestrutura como hospitais, escolas nem tampouco serviços e comércio.

Naquele momento a empresa CEFMSJ era a empresa que explorava carvão. Para poder efetuar suas atividades foi necessário investir em infraestrutura para a vinda e permanência de trabalhadores de diversas cidades gaúchas assim como de outros países, como por exemplo, Espanha, Inglaterra e Alemanha.

Houve o aumento das estradas de ferro para escoar a produção de carvão e a construção de casas em torno das minas para que não houvessem gastos com transporte, que nessa época era muito precário.

A região era de certa forma isolada em relação a outras cidades mas tudo foi mudando gradualmente devido à extração de carvão.

Houveram grandes melhorias em infraestrutura, transformando a vida de todos que moravam na região de São Jerônimo e arredores.

Ao analisarmos as fontes em busca das origens e da história de São Jerônimo descobrimos que as especificidades da sociedade foram decorrentes, em parte, da presença do ouro negro no subsolo da região [...] A partir da exploração organizada da atividade de extração de carvão mineral do subsolo, ocorreram transformações de infraestrutura, de diferentes ordens, como, por exemplo, o fornecimento de energia, a

instalação de iluminação pública e privada, a transformação no traçado da cidade, entre outras. (SILVA, 2007, p. 202).

Com a consolidação do CADEM (consórcio formado pelas empresas CEFMSJ e CCMB), em 1936, houve grande investimento em infraestrutura como forma de dar maior rentabilidade para as empresas e também com o intuito de obter a permanência dos trabalhadores na região. Houve investimento em obras como a construção de casas no entorno das minas, Hospital, Igreja, Prefeitura, **Postos de Puericulturas**¹¹ que forneciam leite e mamadeiras para os filhos de operários (os produtos fornecidos eram devidamente registrados em fichas com a identificação do número de “chapa”¹² que era o modo de registrar os trabalhadores nos documentos, para que depois fosse descontado em folha de pagamento). Também houve a construção de clubes sociais e sede de clube de futebol.

A preocupação com a permanência dos empregados nas vilas mineradoras incutiu na direção das Companhias a ideia de que era necessário fornecer-lhes condições mínimas de vida para que estas, atraídas pelos benefícios, se submetessem a desempenhar uma atividade considerada de alto risco [...] (GOLASZ, 2013, p. 42).

Posteriormente, com a aquisição das empresas pela COPELMI houve relativa mudança no modo de trabalho. A empresa se distancia do modo paternalista que era praticado pelo CADEM, há reformulação inclusive no modo de produção documental.¹³

¹¹ Os postos de Puericultura eram locais destinados a oferecer mamadeiras, leite e fraldas para os filhos de operários das minas de carvão. Eram feitas anotações em fichas, onde eram apontadas as quantidades de produtos oferecidos. Na análise documental observou-se também que eram anotados os motivos pelos quais um mesmo produto foi fornecido mais de uma vez ao mês. Exemplo: se uma mamadeira tivesse que ser trocada por uma nova, era anotado que a mãe da criança quebrou a mamadeira. Se esse fato se repetisse outras vezes era chamado a atenção para que essa mãe tivesse mais cuidado no manuseio dos itens. Posteriormente todos os gastos eram descontados em folha de pagamento dos operários (grifo nosso).

¹² Todos os operários que trabalhavam nas minas de carvão eram identificados em todos os documentos de controle das empresas através do número de chapa que seria nos dias atuais o número de matrícula de um funcionário dentro de uma empresa.

¹³ Na análise dos documentos produzidos pela COPELMI fica claro que a empresa procurou mudar o modo de se relacionar com seus operários. Nota-se que houve distanciamento entre a empresa e seus empregados. Não aparece mais a figura de um chefe ou líder como foi Roberto Cardoso quando havia o CADEM. Na comparação com documentos produzidos pelo CADEM e COPELMI fica evidente a nova forma de trabalho onde se procurou simplificar a maneira de produzir documentos. Os relatórios e documentos de forma geral foram produzidos de maneira mais resumida se comparado com a forma de produção documental do CADEM.

Posteriormente a COPELMI desenvolveu estratégias para se adaptar em relação a diferentes momentos pelo qual passou a extração de carvão, pois houve épocas de declínio na produção de carvão, tendo inclusive paralização das atividades em Arroio dos Ratos, onde as atividades mineiras foram feitas na cidade de Charqueadas.

Segundo SILVA (2007) todas as ações desenvolvidas na região carbonífera do Rio Grande do Sul giravam em torno do carvão, inclusive com demasiada dependência econômica em relação ao minério.

Com o declínio das atividades de extração do minério, a partir de 1964, devido a novas fontes de produção energética em nível nacional como as hidrelétricas e produção de petróleo, desencadeou-se mudanças significativas na região como por exemplo a mudança de operários para outras regiões em busca de trabalho em novas ocupações.

Dessa forma a região carbonífera do Rio Grande do Sul foi se desenvolvendo, sempre se adaptando a diferentes situações ocasionadas pela ascensão ou declínio da produção de carvão.

As repercussões no âmbito da preservação da memória teve consequências imprevisíveis. De acordo com Witkowski¹⁴, com a paralisação das atividades mineradoras em Arroio dos Ratos na década de 1960 os documentos produzidos ao longo da história da mineração foram abandonados e depositados no período de 1996 à 2010, no antigo engenho Novak, em Butiá, de propriedade de Gertrudes Novak Hoff, sócia da Associação Cultural Butiaense (ACUB). Mesmo não sendo a melhor forma de armazenar os documentos foi a maneira encontrada para salvaguardar os documentos naquele momento.

No ano de 2008 iniciou-se o processo de formação de um grupo de universitários voluntários interessados em salvaguardar adequadamente a documentação ameaçada de destruição (FREITAS; RIBEIRO, 2013), esse foi o início das atividades que culminaram com o projeto “Uma luz no fim do túnel”.

O nome faz alusão aos mineiros que trabalhavam nos subsolos de galerias, ficando o dia inteiro sem ver luz natural, pois além de trabalhar faziam suas refeições

¹⁴ Conforme informações coletadas com o historiador do Museu Estadual do Carvão Alessandro Witkowski.

dentro das galerias, só saindo de lá ao término de suas atividades.

Foi decidido então nomear o projeto de Uma luz no fim do túnel, uma alusão ao trabalho do mineiro do carvão, que após uma jornada exaustiva, no fundo escuro do chão, encontrava a luz ao sair do túnel de escavação.(FREITAS; RIBEIRO, 2013)

O grupo era formado por estudantes universitários e pessoas da comunidade local interessadas em salvaguardar o acervo, que possui grande importância para a memória da região.

Segundo Witkowski¹⁵ em junho/julho de 2010 os documentos foram recolhidos pela Copelmi devido ao prédio do antigo engenho estar com problemas estruturais. O telhado tinha risco de desabamento. A Sr^a Gertrudes negociou diretamente com a Copelmi o recolhimento da documentação. Toda negociação foi informal, não havia registro de posse e/ou doação da documentação para a ACUB, e ficou acordado que a COPELMI iria recolher a documentação e se comprometeria posteriormente em liberar o acesso à equipe voluntária do Projeto Uma Luz no Fim do Túnel.

A COPELMI chegou a cogitar a possibilidade de incineração dessa documentação, mas a equipe do projeto se uniu para buscar uma solução para esse fato, pois houve o entendimento de que muito mais que documentos, o que se encontrava ali eram testemunhos de vivências de uma época em que a região foi berço de grandes transformações ocorridas em torno da extração de carvão.

Mesmo que até aquele momento os documentos não tivessem sido amplamente analisados, já se tinha a ideia do grande patrimônio documental de que estava armazenado no local.

Tornou-se consenso entre os envolvidos de que nesses documentos se encontravam a memória da origem e trajetória da região carbonífera do Rio Grande do Sul.

A equipe do projeto “Uma luz no fim do túnel” iniciou atividades de ações educativas com palestras e oficinas em busca de conscientização da população local sobre a importância histórica e cultural presentes no acervo.

A história dos mineiros e da região carbonífera está presente nesses documentos. Somente preservando essa documentação é que será possível

¹⁵ Ibid.

resgatar essa memória que para muitos ainda é presente, mas que para grande parte da comunidade de Arroio dos Ratos e arredores é algo que já foi esquecido..

Em 2011 foram organizadas oficinas de higienização e realizadas palestras no Museu Estadual de Carvão para orientar voluntários que se dispusessem a higienizar os documentos, buscando estancar com o processo de degradação pelo qual os mesmos estavam passando.

Descobriu-se em um primeiro momento que se tratava de documentos administrativos como folhas de pagamento, fichas de operários, carteiras de trabalho, atestado médico, fichas de anotações sobre a produção de carvão e também documentos referentes a todas as construções que foram feitas nas cidades que fizeram parte da mineração gaúcha.

4.2 INTERVENÇÃO ARQUIVÍSTICA

As oficinas no Museu continuaram até 2013. Conforme o trabalho foi avançando surgiu a necessidade de ampliar o projeto em busca de adquirir equipamentos e profissionais especializados para a organização e pesquisa do acervo, pois se tratava de massa documental acumulada e dispersa. Os documentos ali encontrados estavam em estado precário, portanto a preocupação com a integridade física deles era constante.

Em novembro de 2013, iniciou-se uma nova etapa do projeto, onde foi assinado pela empresa Copelmi, juntamente com a Secretaria de Estado da Cultura um termo de doação dos documentos para o Museu Estadual do Carvão, de forma definitiva. Além disso, foi obtido junto à empresa, recursos financeiros que possibilitaram a compra de mobiliários e equipamentos além de viabilizar a continuação dos trabalhos, pois houve a contratação de profissionais especializados para a organização e posterior disponibilização da documentação. Nesse momento os documentos que estavam armazenados em containers foram transportados para o Museu Estadual do Carvão para o início dessa nova etapa do projeto.

Era grande a urgência em salvar os documentos pois os mesmos estavam passando por perda gradativa devido ao armazenamento incorreto. Constatou-se que grande parte da documentação estava com fungos e todo tipo de contaminação oriundo de ações do tempo, restos de carvão, graxa, umidade, etc.

Formou-se uma nova equipe para trabalhar nas dependências do anexo do Museu do Carvão, onde se localiza o Arquivo Histórico da Mineração. A equipe foi formada por estudantes e profissionais ligados as áreas de Arquivologia e História.

Para iniciar essa nova etapa do projeto foi necessário o estudo do contexto histórico da época, entender como ocorreu o processo de mineração na região, qual o papel das empresas nesse processo.

Houve troca de informações com o Historiador do Museu Estadual do Carvão¹⁶, além de coleta de informações com pessoas que vivenciaram essa época, por exemplo, ex--mineiros que ainda moram na região. Notou-se uma grande nostalgia, um misto de alegria e tristeza, uma memória envolta em inúmeros significados, pois ao lembrar dessa época lembra-se também de todo sofrimento que se passava para buscar a subsistência, mas também lembra-se da amizade e união que havia na época, das festas nos clubes sociais, nos jogos entre os clubes de futebol formados pelos mineiros, um misto de sentimentos, notou-se muito orgulho por um passado nem tão distante, mas desconhecido por muitos que moram na região.

A equipe formada por duas áreas do conhecimento, História e Arquivologia, foi importante para que se obtivesse diferentes pontos de vista perante o grande desafio que estava por se estabelecer.

Houve a interação das áreas, uma troca de conhecimento mútuo pois uma área complementou a outra, foi um conhecimento adquirido no trabalho diário no Museu que ajudou a todos se apropriarem da memória contidas nos documentos.

Mesmo quem não era pertencente à essa região pôde se envolver com a memória local, prova disso foi que conforme o trabalho do projeto foi avançando, surgiu por parte dos envolvidos um sentimento de pertença, tanto pelos que tinham ligação direta com a memória contida na documentação, quanto por quem se sentiu como parte por estar ajudando a resgatar e preservar a memória através dos documentos.

Portanto, nota-se que podemos nos apropriar de uma história que nem sempre fazemos parte, já que as relações que se criam através do conhecimento tácito e da relação com outros saberes dão a oportunidade de novos conhecimentos, de novos saberes.

¹⁶ Aleksandro Witkowski.

Houve por parte de todos os envolvidos a verdadeira noção de que estavam diante de um patrimônio documental de importância única para a cultura gaúcha. Segundo Penna (2010) o patrimônio cultural tangível é o lugar privilegiado em que as memórias e as identidades adquirem materialidade sob forma de documentos.

Depois do reconhecimento da documentação foi iniciada a higienização preliminar, para que fosse tirado objetos como grampos, cliques e materiais diversos que estavam degradando os documentos, além da retirada de pó que se acumulava nos mesmos, também foi separado os documentos que estavam contaminados dos que se apresentavam em boas condições físicas. Os que foram identificados como contaminados foram separados para que posteriormente seja feito um trabalho específico de descontaminação e restauração pois muitos estão literalmente se desmanchando, não sendo possível seu manuseio.

Além disso, foi feita a identificação preliminar dos documentos, onde se buscava identificar as empresas que os produziram além das tipologias documentais (tipo + espécie). Tudo foi registrado em planilha *excell*, já que não havia uma base de dados para registros. Essa identificação foi feita de forma preliminar, pois posteriormente deverá ser feita uma revisão das tipologias além das etapas de arranjo, descrição, a construção de instrumentos de pesquisa, objetivando o acesso a esses documentos.

O vínculo entre os moradores da região e a memória relativa à mineração se dará através do envolvimento de todos pela preservação e acesso aos documentos. Muito do que foi encontrado nos registros documentais era totalmente desconhecido pois anteriormente ao projeto poucas pessoas tiveram acesso aos documentos.

Foi necessário analisar os documentos de forma a inseri- los no contexto da época em que foram produzidos. Um dos objetivos foi construir uma organização que ajudasse na reconstrução da memória da região carbonífera do RS através dessa documentação. Através dessa análise ficou claro como era o modo de vida dos mineiros e sua família e como se deu os avanços da sociedade local com o passar do tempo.

Os documentos que foram levados para o Museu Estadual do Carvão, (aproximadamente 150 metros lineares), foram em sua maioria documentos administrativos, mas também foram encontrados documentos previdenciários, de engenharia e documentos médicos.

Detalhes importantes foram notados nos documentos como o carimbo do “esforço de guerra”, que era uma das maneiras que o consórcio CADEM teve para dar ênfase ao patriotismo, já que em épocas de Guerra, era necessário esforço redobrado para dar conta de suprir a demanda de carvão tanto para o Brasil quanto para a região do Prata. Muitos operários trabalhavam em dois turnos para que fosse possível manter a produção de carvão em altos níveis.

Notou-se também que as empresas mineradoras tinham um grande cuidado com a organização da documentação. Havia uma forma de organização clara feita pelas empresas onde era priorizado um acesso rápido as informações¹⁷. Uma organização simples, notada mesmo com a grande dispersão que houve devido as constantes trocas de locais pelo qual os documentos passaram. Em muitos documentos há o carimbo com a inscrição “*Arquivista*” ou “Arquivista” e assinatura do profissional que cuidava desses arquivos (no apêndice deste trabalho será mostrado uma foto com o detalhe de um desses documentos onde consta o carimbo e assinatura do Arquivista identificado como João Francisco).

Foram encontradas também correspondências relativas à ditadura militar no Brasil mostrando claramente que as empresas tiveram contato direto com pessoas ligadas à ditadura tanto no RS como no exterior. Além disso, há um grande número de documentação referente à imigração de pessoas de diferentes nacionalidades que vieram trabalhar nas minas de carvão da região carbonífera gaúcha.

Constatou-se grande quantidade de documentos referentes a doenças respiratórias ocasionadas pelo trabalho em minas, assim como referências ao surto de gripe espanhola que ocorreu na região por volta dos anos 20 além do registro de outras doenças comuns a quem trabalhava nas minas de carvão.

O estudo desses documentos podem ser de grande relevância para diferentes áreas do conhecimento, desde áreas das ciências exatas, históricas, judiciárias, políticas entre outras áreas do conhecimento humano. São fontes inesgotáveis de informação e de grande riqueza para a busca pelo resgate da memória da região carbonífera do Rio Grande do Sul, pois são o registro de grande parte dos acontecimentos relacionados à criação e desenvolvimento das cidades que não teriam o mesmo modo de vida se não tivessem profunda relação com a mineração.

¹⁷ Na análise documental foi possível entender de forma clara a maneira pela qual eram produzidos e organizados os documentos.

A análise desses documentos além de descrever a trajetória do processo de extração do carvão e sua relação com a região de Arroio dos Ratos e arredores, nos mostra que a memória contida nos documentos pode ser vista sob diferentes pontos de vista dependendo da área pela qual for feita a abordagem.

É importante destacar que a Arquivologia nos dá subsídios para que a memória seja organizada e posteriormente seja dado o acesso aos documentos. Como muitas vezes esquecemos de fatos passados, os registros nos ajudam a lembrar do que já havia sido esquecido bem como conhecer fatos novos dos quais ainda não tínhamos conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória faz parte da construção da identidade das sociedades que buscam elementos para reconstruir seu passado em busca de novos elementos que por inúmeros motivos foram esquecidos. Não é possível lembrar de tudo, mas até o esquecimento faz parte da busca pela memória e o aprimoramento para que o futuro seja de transformações sociais.

Ao observar e depois se apropriar da memória da região carbonífera do RS notou-se que a sociedade local busca a sua identidade de uma forma concreta pois mesmo havendo na cidade algumas construções, por exemplo, o Museu Estadual do Carvão, faltava ainda algo que servisse como fonte fidedigna das ações desenvolvidas em um tempo que ao mesmo tempo parece distante e próximo de todos que se sentem pertencentes à essa memória.

Em relação à preservação da memória do RS muitas vezes as ações desenvolvidas são fatos isolados, pois não há uma política voltada para esse setor. É necessária a mobilização da sociedade para que possam ser desenvolvidas ações voltadas à questão cultural, exemplo disso é que tudo que foi adquirido para a preservação do Museu e do acervo foi obtido através de grande engajamento de moradores locais.

É necessário, portanto que a população continue se mobilizando para que haja a implementação de políticas públicas pois isso faz parte do processo democrático que lhes dará o direito de informação e proteção da memória social.

A união da sociedade local em torno da preservação da memória da região carbonífera foi fundamental para ações como a restauração dos prédios que pertencem ao Museu do Carvão, a aquisição definitiva dos documentos da mineração e a busca por subsídios que dessem condições de desenvolver um trabalho contínuo para a preservação e acesso aos documentos.

Constata-se que os vínculos criados ao longo do projeto Uma Luz no Fim do Túnel foram fundamentais para fomentar a consciência da importância da preservação dos documentos e conseqüentemente da memória potencializada através das informações presentes nessa documentação.

As oficinas para que se aprendesse a manusear e higienizar documentos trouxeram um novo conhecimento que até esse momento era desconhecido por parte da maioria dos envolvidos, pois nem todos sabiam da importância do correto

manuseio dos documentos. Debates contínuos sobre a história e a memória da região trazem à tona um sentimento de pertença tanto para quem viveu no auge da mineração como para seus descendentes, o orgulho por fazer parte dessa região já é algo que nota-se no convívio com os participantes do projeto e seus familiares.

Conclui-se que é fundamental ampliar o projeto Uma Luz no Fim do Túnel para que mais pessoas tomem conhecimento da grandeza da memória que há nessa região. A arquivologia tem papel fundamental, juntamente com outras áreas na busca pelo conhecimento e em trazer novas formas de difundir as informações presentes nos documentos da mineração gaúcha.

Além da preservação, a busca pelo resgate da memória se dará através da difusão do acervo, podendo ser feito através de ações educativas em escolas locais, da produção científica e de visitas guiadas. O acesso através de meios digitais, tornará possível acessar o acervo em qualquer lugar do mundo, afinal ele faz parte do patrimônio histórico e cultural de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, Aline; SCARPARO Helena in **Memória Social; questões teóricas e metodológicas**/ Cleusa Maria Gomes Graebin, Nádia Maria Weber Santos (org.)- Canoas, RS: Ed. Unilassale, 2013, 304 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli **Arquivos Permanentes: tratamento documental**_ 4.ed._Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELOLLI, Mário et al. **História do Carvão de Santa Catarina**/ Mário Belolli, Joice Quadros, Ayser Guidi. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. 300 p. il. Disponível em:
http://www.siecesc.com.br/pdf/livro_carvao/a_historia_do_carvao_de_santa_catarina.pdf acesso em 15 nov. 2014

BERND, Zilá in **Memória Social; questões teóricas e metodológicas**/ Cleusa Maria Gomes Graebin, Nádia Maria Weber Santos (org.)- Canoas, RS: Ed. Unilassale, 2013, 304 p

BRASIL, Constituição.(1988) Constituição da República Federativa do Brasil Emenda Constitucional nº 64/2010. Disponível em:
http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/art_216_shtm >acesso em:15 jul. 2014

_____**Lei 8.159/1991** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>acesso em: 15 jul. 2014

_____**Consolidação das Leis do Trabalho:** Art. 180 da Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943, Disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/10/1943/5452.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

_____**DECRETO N. 4921 - DE 13 DE ABRIL DE 1872**
 Concede autorização á companhia - Imperial Brazilian Collieries limited - autorização para funcionar no Imperio e altera algumas das clausulas do Decreto nº 3715 de 6 de Outubro de 1866.) Disponível em:
<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=55301&norma=71152>. Acesso em: 18 out. 2014

CARELLI, Ana Esmeralda; MONTEIRO, Silvana Drumond ; PICKLER, Maria Elisa Valentin . **A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento** Disponível em:< http://www.dgz.org.br/dez08/Art_02.htm> acesso em 09 nov.. 2014

FREITAS, Tassiane Mélo de (UFPEL); RIBEIRO, Maria de Fátima Bento . **Museu Estadual do Carvão – Arroio dos Ratos – Rio Grande do Sul: um estudo acerca da relação museu-educação.** Disponível em:< <http://www.upf.br/historiaregional>> acesso em: 15 ago. 2014.

HALBWACHS, Maurice, 1877-1945. **A memória coletiva**; tradução de **Beatriz Sidou**.- São Paulo: Centauro, 2006 224 p.

HIGOUNET, Charles **História concisa da escrita**. (tradução da 10ª edição corrigida) Marcos Marcionilo- São Paulo: Parábola Editorial, 2003

GOLASZ, Luiz Henrique Sutelo. **Arroio dos Ratos, a mineração e o Museu do Carvão : a história e sua representatividade através da materialidade**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de História: Bacharelado, 2013.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. **Revista Ciência da Informação** - Vol 25, número 2, 1995.

PENNA, Rejane. **Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura**. / Maria Cristia C. de C. França, Cicero Galeo Lopes, Zilá Bernd (organizadores).- Porto Alegre: Movimento; Canoas: Unilassale, 2010. 208 p.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007 Tradução de Alain François. São Paulo

SCHELLEMBERG, T.R. (Theodore R.)- **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**; tradução de Nilza Teixeira Soares. _6.ed._ Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

SILVA, Cristina Ennes da. **Nas profundezas da Terra. Um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul**. (1883/1945), 2007. Disponível em: <repositorio.pucrs.br:8080/.../1/000390213-Texto%2BCompleto-0.pdf> acesso em: 25 jul. 2014

SILVA, Kalina Vanderlei ; SILVA, Maciel Henrique- **Dicionário de conceitos históricos** 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo : Contexto, 2009.

**APÊNDICE A - FOTOGRAFIAS DE PARTE DA DOCUMENTAÇÃO
TRANSPORTADA PARA O MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO**



Documentos que foram transportados de Butiá para o Museu em Arroio dos Ratos, fotos foram tiradas logo após a chegada da documentação no Museu

Fonte: a autora

APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS DE PARTE DA DOCUMENTAÇÃO DO MUSEU ESTADUAL DO CARVÃO ANTES DA INTERVENÇÃO ARQUIVÍSTICA



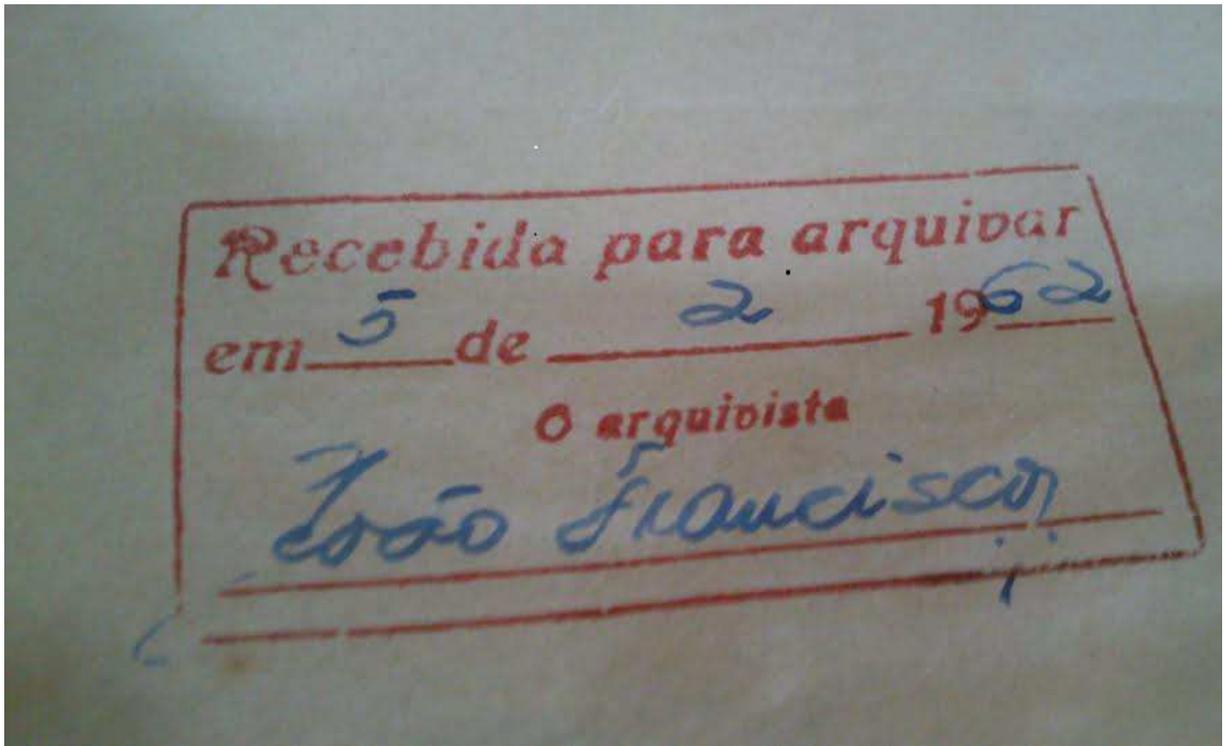
Detalhe: documentos rasgados e enferrujados (pastas com ferros diretamente em contato com os documentos)



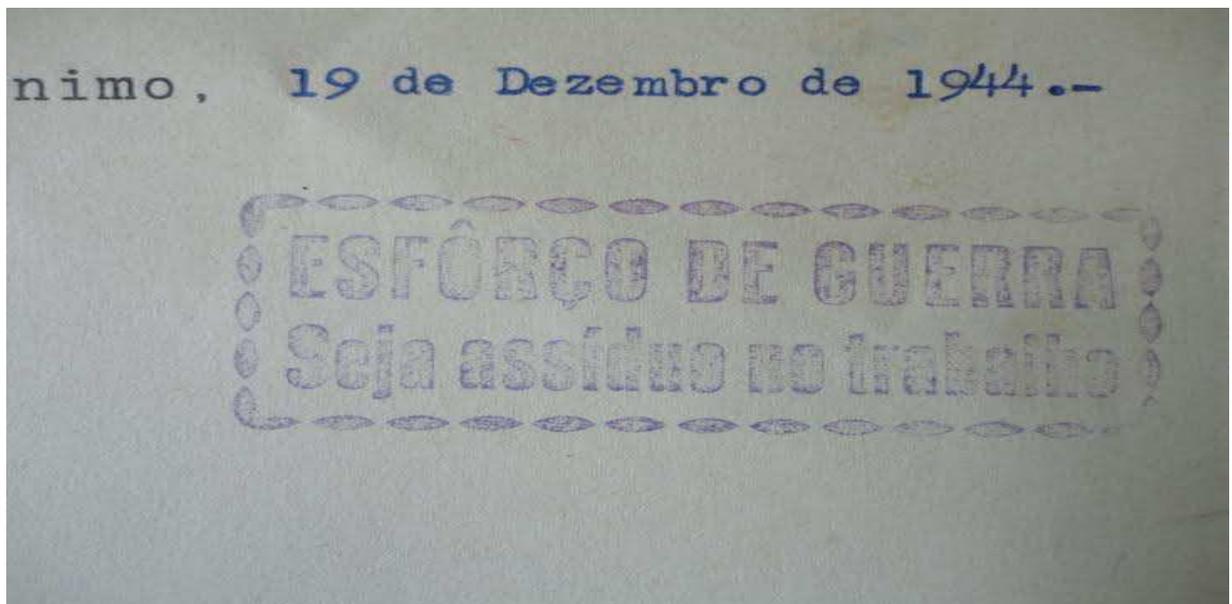
Somente pedaços de documentos caixa com mofo e carvão

Fonte: a autora

APÊNDICE C – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO



Detalhe do documento: Carimbo e assinatura do arquivista.



Detalhe do documento com carimbo com a inscrição "Esforço de Guerra"

Fonte: a autora

APÊNDICE E – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO

Consórcio Administrador de Empresas de Mineração
Companhia Carbonífera Rio Grandense

Porto Alegre, 29 de Abril de 1942

Nota de Débito para o almoxarifado N. 303

Factura de Cia. C. I. F. do Brasil

Conforme pedido N. Almox. 2, carta de 15/1/42 e carta de 2/4/42

6	Juntas de berrocha n° 30262	78500	
6	Idem n° 20061	41000	426000
	Despesas de correia aérea.		270000
1	Motor trifásico ASEA sem reter em eixo circuito, tipo 322-14 de 13,5 HP com 220V 20K. para 220V/220 volts. e 50 ciclos, n°1402040 per		500000
			<u>4.776000</u>
			4.800000

Para Arquivo do Almoxarifado

IPC

Recebi de _____ de 19 _____

O Almoxarife *[Assinatura]*

Fatura de produtos do almoxarifado

Fonte: a autora

APÊNDICE F – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO

ACADEMIA BUTIÁ TAREFERROS

BOLETIM DE PONTO

Nome: _____ Data: _____ de _____ de 1954

Classe	Classe	Temporidade de Trabalho	Ponto	Temporidade	Classe	Observações
31	3121		17			
32	1209		10			
34	2211		50			
	2820		50			

Total 878

Ficha de ponto de operários

Nº 26442

Adiantamento por conta de salários

Pague a quantia de Cr\$ 87,00

por conta dos meus salários do mês de Outubro

Minas de Butiá, de 10 de 1954

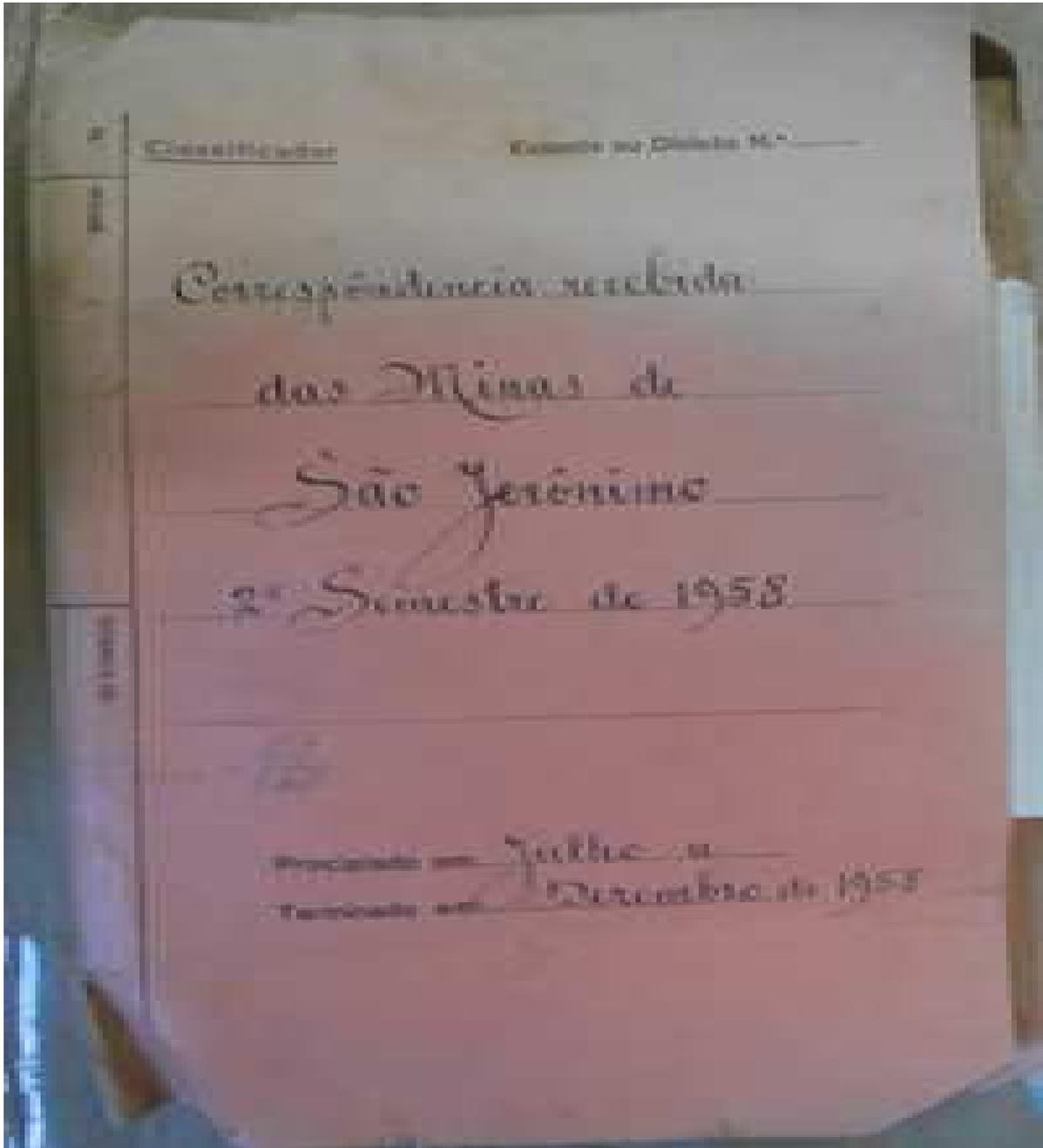
CHAPA N.º 3855

Alvinio G. Silva

Vale de adiantamento de salários dos operários

Fonte: a autora.

APÊNDICE G – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO



Pasta com correspondências

Fonte: a autora

APÊNDICE H – AMOSTRA DE DOCUMENTOS DO MUSEU DO CARVÃO

11.1 - Despesas estatísticas - 2014		11.2 - Despesas de 2014/2015		
DATA	DESCRIÇÃO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
	Despesas verificadas a/s/s Transferência para vendável	27.719,00		
28.2	Despesas verificadas a/s/s Transferência para vendável	40.430,00	40.430,00	
31.3	Despesas verificadas a/s/s Transferência para vendável	46.850,00	46.850,00	
30.4	Despesas verificadas a/s/s Transferência para vendável	46.450,00	46.450,00	
31.5	Despesas verificadas a/s/s Transferência para vendável	75.234,00	75.234,00	
30.6	Despesas verificadas a/s/s Transferência para vendável	14.001,00	14.001,00	
31.7	Despesas verificadas a/s/s Transferência para vendável	77.921,00	77.921,00	
31.8	Despesas verificadas a/s/s Transferência para vendável	32.954,00	32.954,00	

Ficha de controle de despesas bancárias

Fonte: a autora